



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0011931-77.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : ANDRÉ ANTON HADAD  
: ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE  
**ASSUNTO** : Pedidos de esclarecimento.

**Parecer nº 487 / 2021 - PRE/DG/ASJUR**

1. Os autos foram inicialmente encaminhados a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas, para manifestação a respeito de esclarecimento solicitado pela empresa STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A., especificamente sobre (doc. nº 1726234):

"1. A legislação acerca dos processos licitatórios determina que as propostas devem ser ofertadas de acordo com a legislação vigente na data da apresentação da proposta. A atual legislação acerca da contribuição previdenciária a que nos submetemos estabelece a desoneração da folha de pagamento até a data-fim 31/12/2021, e , a partir de janeiro/2022 o retorno ao regime de oneração, o que gera um custo maior a título de previdência. Exemplificando, se tivermos um contrato de 12 meses assinado em junho de 2021, teremos de junho a dezembro/2021 a aplicação da contribuição previdenciária desonerada (calculada à alíquota de 4,5% sobre a receita bruta, e de janeiro a maio/2022 a aplicação da contribuição previdenciária onerada (calculada à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento). Nosso entendimento é de que a contribuição previdenciária deve ser calculada da forma descrita acima descrita - parte desonerada e parte onerada. Está correto nosso entendimento?"

2. Ato contínuo, foi juntado o doc. nº 1729271, através do qual novo esclarecimento foi demandado pela empresa CTIS TECNOLOGIA S. A. Para este pleito, o Pregoeiro requereu o tratamento de impugnação ao edital do Pregão nº 29/2021.

3. Pela objetividade do questionamento apresentado pela CTIS, julgamos merecer prévio e breve tratamento. Eis as assertivas da empresa:

"Em relação ao Item 11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

De acordo com o TCU ACÓRDÃO 1396/2012 – PLENÁRIO, não é válido exigir que as licitantes apresentem relação nominal dos membros que compõem a equipe, nem que comprovem o vínculo profissional entre eles, bastando, na fase de habilitação, a apresentação de declaração formal do próprio licitante de que dispõe do pessoal técnico adequado para atender as condições do edital e executar regularmente o objeto, o que deverá ser efetivamente comprovado pela empresa vencedora da licitação na assinatura do contrato.

Entendemos que essa exigência não será um requisito de habilitação e sim para assinatura de contrato, está correto nosso entendimento?"

3.1. Pois bem, a condição ora impugnada, traz, *in verbis*:

**"11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

a) As licitantes deverão apresentar, ainda, comprovante de que integram o seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

a.3) 02 (dois) profissionais com certificação técnica ou experiência comprovada no Sistema de Gestão de serviços fornecido pela CONTRATADA.

a.4) 01 (um) profissional com certificação MCSE (2003) ou MCITP: Enterprise Administrator;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

b) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.

c) Deverão ser apresentadas pelas licitantes declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços. "

3.2. Por seu turno, o Acórdão nº 1396/2012, aventado pela impugnante, apresenta, no respectivo Relatório:

*"Trata-se de monitoramento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão 2.353/2011 – Plenário, de 31/8/2011, da relatoria do Ex<sup>mo</sup>. Sr. Ministro Raimundo Carreiro, quais sejam:*

*(...)*

*9.2. fixar o prazo de quinze dias para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit suspenda a concorrência pública regulada pelo Edital nº 471/2009-00, a fim de que sejam saneadas as seguintes irregularidades, se ainda não o fez:*

*9.2.4. a exigência, no subitem 13.4.2 do Edital, da indicação nominal de profissionais de nível superior distintos para cada lote da licitação, bem como pertencentes ao quadro permanente da empresa proponente, com vínculo comprovado mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, como requisito indispensável para sua habilitação, impõe ônus antecipado às proponentes sem a correspondente garantia de que o participante venha a ser vencedor do certame, com prejuízo ao princípio da competitividade, afrontando o disposto no art. 3º, **caput** e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, bem como a jurisprudência deste Tribunal consoante Acórdãos nºs 481/2004; 1.094/2004; 26/2007; 126/2007, todos deste Plenário, Acórdão nº 2.178/2006-1ª Câmara e Acórdão nº 2.561/2004-2ª Câmara;"*

3.3. A questão foi efetivamente tratada como irregularidade, vez que, naquela situação, se exigia "vínculo comprovado mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, como requisito indispensável para sua habilitação".

4. Todavia, nos termos já defendidos pelo Pregoeiro, doc. nº 1729282, o edital do Pregão nº 29/2021 permite que a comprovação dos vínculos com a licitante se faça também mediante **declaração** da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, e ainda, **declaração** de que dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços (alíneas "b" e "c").

4.1. Ou seja, a empresa **opcionalmente** apresentará profissionais com vínculos formados mediante **contratos de trabalho, nos termos registrados em Carteira Profissional**, ou mediante **contratos de prestação de serviços ou contratos sociais**, ou ainda, **para relação futura, através de declarações** neste sentido. Esta forma vai ao encontro das decisões do TCU, quando afirma *"que o objetivo da Administração é garantir que os profissionais indicados possam, de fato, desempenhar suas funções para garantir a execução do objeto licitado"*.

5. Cumpre, assim, esclarecer à CTIS que os profissionais deverão ser efetivamente indicados na licitação, permitindo-se a comprovação dos vínculos sob uma das formas ali indicadas, não se limitando à "vínculo comprovado mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum", nos termos expressamente criticados pelo TCU.

5.1. Aliás, é o que também se afirma no Acórdão nº 1447/2015, Plenário - TCU:

*"9.2.5. a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste;"*

6. Quanto ao questionamento feito pela STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, de fato, a planilha de formação de preços a ser apresentada no certame deve refletir a realidade da Contratada. Especificamente de relação ao benefício da *"desoneração da folha de pagamento"*, cujo termo final está previsto para ocorrer em dezembro do ano em curso, entendemos que este fato não autoriza a apresentação de custos distintos, para períodos distintos, tampouco garante, por si só, a promoção de futura revisão dos preços contratados, nos moldes aventados pelo Pregoeiro, no doc. nº 1726298.

6.1. A questão assemelha-se, salvo melhor juízo, àquela enfrentada no PAD nº 2530/2016 (atual SEI nº 0057223-61.2016.6.05.8000), quando analisamos se o enquadramento ou desenquadramento das empresas no Simples Nacional levaria à obrigatoria concessão do reequilíbrio econômico-financeiro dos ajustes firmados com a Administração.

6.2. Ali, no Parecer nº 437/2016 (doc. nº 0236228), esta unidade de assessoramento sustentou a inviabilidade de concessão de reequilíbrio econômico-financeiro quando os eventos causadores da alteração estivessem dentro da esfera de governabilidade das empresas. A opção pelo enquadramento no Simples Nacional não era um fato alheio à vontade do particular.

6.3. Na mesma linha de pensamento, também demos destaque a trecho de artigo veiculado pela Consultoria Zênite, que dizia: "*Sob esse enfoque, a alteração do regime de tributação constituiria um efeito inserido na noção de risco normal da atividade do particular, afastando a possibilidade de caracterização da hipótese como uma circunstância extraordinária, capaz de justificar a revisão de contrato*".

7. A propósito, cumpre ressaltar o que diz a Lei nº 8.666/93, neste particular:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso."

8. Ademais, em breve pesquisa feita por nós, foi possível constatar que a "*Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 2541/21](#), que prorroga de dezembro de 2021 para dezembro de 2026 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, considerados alguns dos mais intensivos em mão de obra*"<sup>1</sup>.

8.1. Entre os setores beneficiados, a matéria elenca: "*calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas*". (grifamos)

9. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento da Impugnação da empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, vez que a condição 11.1.7.2, alíneas "b" e "c", do edital do Pregão nº 29/2021 alinha-se ao posicionamento do TCU e permite que o vínculo dos profissionais seja comprovado por meras declarações, ainda que a apresentação do rol tenha que ocorrer no certame.

10. Quanto ao item 1 dos esclarecimentos suscitados pela STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, deve-se informar à empresa que a proposta (*planilha de formação de preços*) deve refletir a realidade da empresa, e não pode apresentar custos distintos, para períodos distintos, em função da aventada retirada do benefício da *desoneração* da folha de pagamento, a partir do ano de 2022, e ainda, que este fato, por si só, não garante o direito à futura revisão de preços.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

---

1. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/806227-comissao-aprova-proposta-que-prorroga-a-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-ate-2026>



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 23/09/2021, às 08:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1729160** e o código CRC **546781B9**.